

CFESS Manifesta

Dia Nacional da Consciência Negra

Brasília (DF), 20 de novembro de 2018
Gestão É de batalhas que se vive a vida!



CFESS
CONSELHO FEDERAL
DE SERVIÇO SOCIAL

www.cfess.org.br

VIDAS NEGRAS IMPORTAM!



E Hoje, mais do que em outros anos em que escrevemos o CFESS Manifesta do Dia da Consciência Negra, queremos reforçar que o 20 de novembro é um dia de luta.

Não é preciso fazer qualquer esforço para explicar essa afirmação que se deve, sim, aos desafios sinalizados pelo dramático panorama conjuntural resultante das últimas eleições no país.

Os resultados indicam que o discurso do “exterminio” parece “seduzir” a maior parte do eleitorado nacional e prova disso é a tendência dominante dos compromissos de nossos “novos” representantes. Cresceu o número de candidatos/as que se elegeram defendendo explicitamente medidas de exceção como regra, para lidar com os problemas da segurança pública – fato já bastante presente na agenda política nacional nos últimos 4 anos – e isso pode ser visto sob muitos ângulos, para além do perfil do presidente eleito.

Temos, por exemplo, a vitória de 72 militares para cargos nas câmaras estaduais, distrital e federal, além do Senado. Esse número pode ser ainda maior, se considerarmos a hipótese de haver candidatos/as eleitos/as que não registraram, para a disputa eleitoral, suas patentes ou vinculações militares de modo explícito.

Falando especificamente da próxima composição da Câmara Federal de Deputados, análises do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) apontam o fortalecimento da bancada “BBB” (Boi, Bala e Bíblia), sendo que a chamada “Bancada da Bala” passará de 35 a 61 deputados/as defendendo pautas como a redução da idade penal e a revogação do estatuto do desarmamento. O contexto de crise econômica que amplia os episódios de violência no país talvez explique as razões de um comportamento eleitoral que deposita esperanças de solução dessas questões em perfis de candidatos/as típicos/as da “Bancada da Bala”.

É certo que para analisar melhor o perfil do eleitorado que fez vitoriosas essas candidaturas precisamos “cruzar” uma série de informações e considerar, inclusive que aproximadamente 30% deles/as se abstiveram de escolher seus/suas representantes ao branco, nulo ou não comparecendo às urnas. Mas o fato a demarcar com essa breve ilustração de questões relacionadas ao processo eleitoral é que o resultado das urnas indica, entre outras tendências, o crescimento de medidas repressivas para lidar com a chamada “segurança pública”.

Isso, por sua vez, certamente implicará no fortalecimento do racismo como componente de criminalização, encarceramento e mortes violentas.



Basta lembrar de uma das primeiras declarações do governador eleito em São Paulo: “a partir de janeiro a polícia vai atirar para matar”.

Na luta contra o racismo tem sido importante enfatizar dados que demonstram a sua presença como um traço marcante da sociabilidade em nosso país e dizer que isso reflete tendências mundiais de segregação e extermínio atualizadas pela dinâmica da crise capitalista.

É entre jovens negros do sexo masculino que cresce assustadoramente o número de mortes violentas e encarceramento em massa, fazendo do Brasil o país líder no número de mortes com armas de fogo, de acordo com a Pesquisa Global de Mortalidade por Armas de Fogo (1990 - 2016) do Instituto de métricas e avaliação em saúde.

O feminicídio também cresce entre as negras. A taxa de homicídios chegou a um patamar de 5,3 por grupo de 100 mil no ano de 2016 entre mulheres negras enquanto entre mulheres não negras ficou em 3,1 – uma diferença de 71% a mais de efetiva violência contra o segmento de mulheres negras de acordo com o Atlas da Violência de 2018, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). A mesma pesquisa registra aumento de 15% no índice de homicídios das negras nos últimos 10 anos na contramão da redução de 8% entre as não negras.

Se esses dados já indicavam o genocídio do povo negro não podemos desconsiderar o impacto que o perfil de nossos/as próximos/as representantes eleitos/as e a “autorização para matar” produzirá nessa direção.

O direito à vida tem sido literalmente negado à maior parte da população negra desse país. As mortes violentas são a expressão mais visível disso, mas o direito à vida é negado de inúmeras outras formas: quando cresce a violência obstétrica, que afeta predominantemente mulheres negras sem acesso a consultas e exames pré-natais;

O Estado brasileiro mata! Sim, estamos falando de racismo institucional como uma política de Estado no Brasil e da necessidade de combatê-lo. É inaceitável que a vigência de normativas, critérios e, principalmente, o desfinanciamento de serviços essenciais à maioria da população operem sistematicamente para negar o direito à vida de negros e negras brasileiros/as.

Neste 20 de novembro, dia de luta, Dia da Consciência Negra, queremos dizer que assistentes sociais estão nas ruas e no dia-a-dia de seu trabalho comprometidas/os com o combate ao racismo no Brasil. Queremos que todos/as saibam que, para a categoria de assistentes sociais, “vidas negras importam!”

quando o próprio Ministério da Saúde afirma que as chances de crianças negras morrerem por desnutrição são 90% maiores do que a de crianças brancas; quando 91% das famílias sem habitação nesse país se encontra na faixa de renda de até 3 salários mínimos, segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e sabemos que, entre estas, a maioria absoluta é composta de pessoas negras.

Nesses poucos exemplos, entre vários outros que poderiam ser mencionados, exis-

te um fator que é comum: as estruturas de política pública matam! O Estado brasileiro mata! Sim, estamos falando de racismo institucional como uma política de Estado no Brasil e da necessidade de combatê-lo nesse 20 de novembro. É inaceitável que a vigência de normativas, critérios e, principalmente, o desfinanciamento de serviços essenciais à maioria da população – submetidos aos cortes justificados pela Emenda Constitucional nº 95/2017 – operem sistematicamente para negar o direito à vida de negros e negras brasileiros/as.

Vários precisam ser, portanto, os mecanismos de luta para, de um lado, questionar qualquer sombra de legitimidade que tente se associar a esse “discurso de ódio e extermínio” que saiu vitorioso das eleições e, de outro, não banalizar a precariedade dos serviços e políticas públicas, que será ainda mais intensificada nos tempos que estão por vir. Em ambos os casos é preciso reconhecer o racismo institucional como uma ideologia silenciosa e especializada em disfarçar, burocraticamente, quem são os alvos preferenciais desse massacre deliberado: pretos/as e pobres.

Nós, assistentes sociais, não estamos dispostos/as a ser parte dos/as agentes que dão vida ao racismo institucional em nossos locais de trabalho. Para dar visibilidade a isso, o Conjunto CFESS-CRESS convoca as/os assistentes sociais brasileiros/as a construir a campanha Assistentes Sociais no Combate ao Racismo, enviando relatos de experiências profissionais que contribuem nessa luta diária de ampliar direitos dos/as usuários/as.

Neste 20 de novembro, dia de luta, Dia da Consciência Negra, queremos dizer que assistentes sociais estão nas ruas e no dia-a-dia de seu trabalho comprometidas/os com o combate ao racismo no Brasil. Queremos que todos/as saibam que, para a categoria de assistentes sociais, “vidas negras importam!”

VIDAS NEGRAS IMPORTAM!

Gestão É de Batalhas que se vive a vida! (2017-2020)

Presidente Josiane Soares Santos (SE)
Vice-presidente Daniela Neves (RN)
1ª Secretária Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz (SP)
2ª Secretária Daniela Möller (PR)
1ª Tesoureira Cheila Queiroz (BA)
2ª Tesoureira Elaine Pelaez (RJ)

Conselho Fiscal
Nazarela Silva do Rêgo Guimarães (BA), Francieli Piva Borsato (MS) e Mariana Furtado Arantes (MG)

Suplentes
Solange da Silva Moreira (RJ)
Daniela Ribeiro Castilho (PA)
Régia Prado (CE)
Magali Régis Franz (SC)
Lylia Rojas (AL)
Mauricleia Santos (SP)
Joseane Couri (DF)
Neimy Batista da Silva (GO)
Jane Nagaoka (AM)

CFESS MANIFESTA
Dia Nacional da Consciência Negra
Conteúdo (aprovado pela diretoria):
Josiane Soares Santos
Organização: Comissão de Comunicação
Revisão/Diagramação/Arte:
Rafael Werkema
Fotos: Fernando Frazão e Rovena Rosa
(Fotospublicas.com)